

CARTA DE BRASÍLIA

Um Corpo no Mundo

Luedji Luna “Atravessei o mar
Um sol da América do Sul me guia
Trago uma mala de mão Dentro uma oração
Um adeus Eu sou um corpo
Um ser Um corpo só
Tem cor, tem corte E a história do meu lugar Eu sou a minha própria embarcação Sou minha
própria sorte”. [...]

Neste ano em que comemoramos os 30 anos do Código de Ética do/a Assistente Social, é tempo de reafirmar a defesa intransigente dos princípios éticos e da direção política construída pelo Serviço Social brasileiro no compasso das lutas da classe trabalhadora. Nas últimas décadas, vivemos o aprofundamento da crise estrutural do capital, com ampliação da desigualdade social, aumento da fome, precarização das condições de vida e de trabalho, com profundas repercussões na vida das/os trabalhadoras/es e dos segmentos historicamente mais afetados pelo caráter regressivo-destrutivo do modo de produção vigente, como mulheres, pessoas negras, quilombolas, povos originários, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e pessoas idosas.

A dinâmica da realidade concreta nos convoca, cada vez mais, a reconhecer a diversidade e as demandas da classe trabalhadora brasileira, compreendendo que não há luta anticapitalista dissociada das lutas antirracista, anticapacitista, antietarista, antiheteropatriarcal, e das demais lutas antiopressões. O Conjunto Cfess-Cress vem cumprindo uma importante tarefa de incorporar tais lutas em sua agenda política - e aqui ressaltamos nosso compromisso em avançar na construção de ações concretas contra o capacitismo. Seguimos intransigentemente nas diversas trincheiras por vida-liberdade, ecoando as vozes e construindo as lutas que nos direcionem para uma sociabilidade radicalmente livre e humanamente emancipada.

Nós assistentes sociais reunidas/os em Brasília no 50º Encontro Nacional do Conjunto Cfess-Cress, somos parte dessa diversidade da classe trabalhadora que resiste e luta nestes tempos. Foi nessa cidade, terra do “poder” e palco de inúmeros tensionamentos e disputas, que presenciamos no dia 08 de janeiro de 2023 o lamentável ataque da extrema direita contra a já limitada democracia brasileira, instituída nos marcos liberais-burgueses. Ataque este que buscava o retorno ao poder do governo genocida e nazi-fascista de Bolsonaro-Mourão.

É certo que não temos nenhuma ilusão de que a derrota de Bolsonaro nas urnas suprimiu

as contradições vivenciadas por trabalhadores/as neste país. Sabemos da magnitude dos desafios do tempo presente, pois ainda enfrentaremos as consequências vivenciadas neste período recente. As conquistas civilizatórias e os direitos sociais, seguem sofrendo ameaças cotidianas, especialmente pelo contexto do avanço do conservadorismo reacionário, inclusive no interior de setores da classe trabalhadora, que atentam contra pautas e defesas libertárias. Contudo, ressaltamos a importância da derrota do desgoverno dos últimos quatro anos.

O projeto de morte expresso na postura negacionista e nas omissões do Governo Federal frente à devastação humanitária e a falta de políticas de enfrentamento à crise sanitária instalada, relegou as populações racializadas a condições aviltantes de vida e acarretou em milhares de mortes que poderiam ter sido evitadas.

A travessia desse tempo, marcada por inúmeras contradições, evidenciou os retalhos deste país forjado a partir do colonialismo e da herança escravocrata, demonstrando que desde a escravidão a ferida do racismo estrutural permanece aberta. Os conflitos étnico-raciais e o racismo institucional fazem parte do próprio *modus operandi* das violências reproduzidas pelo Estado.

É também em Brasília que presenciamos o debate referente ao PL 2.903/23, que dispõe sobre o Marco Temporal. Parafraseando Marcos Sabaru “uma máquina de moer história”, história na qual todas/os/es estamos inseridos/as/es, em tempo, espaço e movimento. Conforme também já manifestou o Cfess “*O Marco Temporal é uma afronta à democracia e aos povos originários, pois legitima o histórico de genocídio e o etnocídio, apagamento dos direitos indígenas, violentando a saúde dos ecossistemas, o direito à terra, organização social, costumes, tradições e crenças, impulsionando processos violentos de empobrecimentos dos povos*”. (CFESS, 2023).

A ganância do modo de produção capitalista e do agronegócio, avança vorazmente pelo cerrado com as monoculturas e violência em terras indígenas e assentamentos rurais, matando lideranças que lutam intransigentemente pelos seus territórios. Todos os aparatos normativos e jurídico-políticos foram destruídos pelo desgoverno anterior, tendo como marco a liberação de 1.629¹ agrotóxicos, atingindo seu recorde em 2022. Cenário este que não é vivenciado sem luta e resistência pelos povos indígenas, do campo, das águas e das florestas.

¹<https://www.brasildefato.com.br/2022/03/10/bolsonaro-liberou-1-629-agrotoxicos-em-1-158-dias-de-governo>

Em meio ao desfinanciamento das políticas sociais foi, novamente, naturalizado o discurso "de que não há orçamento público suficiente". As políticas de seguridade social foram desmontadas em um processo de aceleração de contrarreformas que precisam ser revogadas, e de ajuste fiscal que deve ser revertido. Tais medidas impactam diretamente no acesso da população aos direitos e nas condições de vida e trabalho de todas/os trabalhadoras/es. Portanto, é estratégico a participação da categoria na disputa pelo fundo público, via elaboração e discussão dos orçamentos das políticas públicas.

Passados dez anos das *Jornadas de Junho*, e na esteira dessas resistências ao projeto de morte-aprisionamento, Brasília, solo das contradições, acolheu inúmeras margaridas, que em meio a aridez do cerrado brotaram na trilha pela reconstrução de novas relações sociais pautadas no direito às liberdades, diversidade, justiça e respeito. Também nesse solo, tivemos mulheres a Marylucia Mesquista, Anazir Maria de Oliveira, Dona Ivone Lara, Irotilde Gonçalves Pereira e Cristina Abreu.

Nos manifestamos contra a anistia aos golpistas e genocidas, que seria repetição dos episódios históricos de perdão a ditadores, fascistas e escravagistas. No mesmo sentido, nos somamos no enfrentamento à violência do Estado brasileiro contra a população negra nas periferias, bem como aos massacres nos territórios indígenas, nos conflitos por terra e moradia. Estamos na luta por justiça frente ao assassinato brutal de Mariele e Anderson e ao recente assassinato de Mãe Bernadete, yalorixá do Quilombo Pitanga do Palmares no estado da Bahia e coordenadora da Coordenação Nacional de Articulação dos Quilombos (CONAQ). Queremos saber quem mandou matar Mariele e porquê! Exigimos a proteção das lideranças quilombolas e indígenas e demais defensores/as dos direitos humanos e dos movimentos sociais, bem como a apuração dos crimes cometidos.

É tempo de ocuparmos os espaços coletivos, com arte, com afetos revolucionários para fortalecer a democracia, a liberdade e a educação emancipadora que são valores éticos centrais das/os Assistentes Sociais. De seguir na trajetória de autonomia das entidades profissionais em relação a governos, com coerência das bandeiras de lutas do Serviço Social.

Após 52 anos de Encontros Nacionais do Conjunto CFESS\CRESS, começáramos tudo outra vez!